



SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DIVERSIDADE E DIREITOS HUMANOS

PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA, SAÚDE E SERVIÇO SOCIAL: UM ESTUDO DA REALIDADE DA CIDADE BAYEUX-PB

Emmanuel Barbosa do Nascimento¹
Jhon Lenon Jardim da Silva²

Resumo: Este artigo apresenta uma breve análise sobre o que é o Centro de Referência Especializado Para População de Rua – CENTRO POP e os estigmas sociais lançados sobre essa população, esse artigo buscou analisar a relação das pessoas em situação de rua e saúde. Considerando o conceito ampliado de saúde e os seus fatores determinantes e condicionantes que são reafirmados nos marcos legais. Como resultado, a pesquisa aconteceu no CENTRO POP do município da cidade Bayeux-PB que é um mecanismo da proteção social de média complexidade oferecido pela Política de Assistência Social com o objetivo de historicizar e relacionar as ações da Política de Saúde e da Política de Assistência Social e evidenciar de maneira crítica as dificuldades enfrentadas por aqueles que usam as ruas como espaço de sobrevivência. Como metodologia foi utilizada como base a pesquisa bibliográfica, apoiada na abordagem qualitativa.

Palavras-chave: Saúde; População em situação de rua; Assistência Social.

INTRODUÇÃO

Este estudo é resultante de uma pesquisa no mestrado em Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (PPGSSocial-UFT), que teve como objetivo analisar o processo de operacionalidade da Política de Assistência Social no âmbito do trabalho interdisciplinar com a Política da Saúde, colaborando com um debate a partir do trabalho dos(as) Assistentes Sociais na Política de Assistência Social (PNAS) do município de Bayeux-PB. Ou seja, abordaremos elementos que envolvam a saúde e a assistência social. Com o objetivo de contribuir teoricamente com esta temática, discorreremos de algumas aproximações teóricas acerca do organização do Centro Pop na sociabilidade capitalista. Apresentando um debate à luz da teoria social crítica. A partir do exposto, o CENTRO POP é regulamentada pelo decreto N° 7.053/2009 e na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

[...] Nas últimas décadas, essa população ganhou mais visibilidade e conquistou diversos avanços – o mais significativo foi a instituição da Política Nacional para a População em Situação de Rua e do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, por meio do Decreto n° 7.053, de 23 de dezembro de 2009. No âmbito da saúde também foram alcançadas algumas conquistas, como a publicação

¹Assistente Social formado em Serviço Social, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: emmanuel.barbosa@academico.ufpb.br

²Assistente Social formado em Serviço Social, pela Universidade Paulista (UNIP). Mestrando em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (PPGSS-UFT). Bolsista da Capes. E-mail: jhonlenonbb12@gmail.com



SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DIVERSIDADE E DIREITOS HUMANOS

do Plano Operativo de Saúde para a População em Situação de Rua e a implantação do Programa Consultório na Rua. (BRASIL, 2014, p. 6).

Não poderíamos deixar de pensar que historicamente há um número significativo de pessoas que vivem em situação de rua, permeadas pelas contradições sociais que são resultantes desse movimento do sistema capitalista. Como diz Lustoza (2009, p. 47) “[...] o capitalismo tem todo o interesse em fomentar a insatisfação nos sujeitos capturados por esse discurso, a importância dessa promoção do descontentamento encontrando-se ligada a uma necessidade estrutural do sistema”, sobretudo, o que interessa apresentar aqui, são os avanços que a política de assistência social apresenta a partir da Constituição Federal de 1988, situada no campo da proteção social. Segundo Delgado et al. (2021, p. 36) apoiada na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) (1993) sinalizam que

“[...] Esta política tem um desenvolvimento emblemático desde sua institucionalização em 1988. A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), sancionada pela Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, marca um primeiro momento de avanços na materialização da assistência social enquanto direito de cidadania, pois estabelece já em seu primeiro artigo a delimitação de uma política de seguridade social comprometida com a provisão de mínimos sociais”. (DELGADO et al., 2021, p. 31).

Para além dessa reflexão, partimos do pressuposto que o Centro POP é de natureza pública e estatal e é voltado especificamente para atendimentos especializados à indivíduo em situação de rua. É válido considerar que o planejamento, avaliação prévia da gestão local, o Centro POP também pode ofertar o Serviço Especializado de Abordagem Social, mas que isso não atrapalhe a execução e desenvolvimento do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

Conforme o caderno de orientação do CENTRO POP (2014) a implementação do Centro POP deve levar em consideração desde o planejamento ao papel central na identificação de pessoas em situação de rua. É necessário que essa instituição ser localizada em fácil acesso com concentração e passagem de pessoas em situação de rua com isso é fundamental o diagnóstico sócio-territorial para ter precisas informação da região e indivíduos permanentes, ademais esse diagnóstico é essencial tanto para a localização, quanto infraestrutura e até mesmo a destinação dos recursos humanos.



SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DIVERSIDADE E DIREITOS HUMANOS

[...] A existência de um número tão grande de pessoas em situação de rua no Brasil é fruto do agravamento de questões sociais. Diversos fatores colaboraram para esse agravamento e, conseqüentemente, para o crescimento da quantidade de indivíduos nessa situação, entre eles: a rápida urbanização ocorrida no século 20, a migração para grandes cidades, a formação de grandes centros urbanos, a desigualdade social, a pobreza, o desemprego, o preconceito da sociedade com relação a esse grupo populacional e, muitas vezes, a ausência de políticas públicas. (BRASIL, 2014, p. 8).

É importante perceber, que a pessoa em situação de rua, é um público heterogênea, mas é diversa e múltipla em suas necessidades e características. Conforme isso, é preciso que a atuação da equipe de profissional e a instituição trabalhe na efetivação de direitos e colocando em prática as garantias atribuídas à pessoa humana e atributos específicos voltados à pessoa em situação de rua, com a finalidade de garantir direitos fundamentais. De acordo com esta política (2014)

“[...] considera-se (PSR) o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória”. Ou seja, estabelece quatro condições para a caracterização como pessoa em situação de rua: pobreza extrema; vínculos familiares interrompidos ou fragilizados; inexistência de moradia convencional regular; e utilização dos logradouros públicos e áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento. (BRASIL, 2014, p. 11).

Após essa contextualização do que é a instituição, essa pesquisa tem por objetivo historicizar e contribuir com as intervenções e os debates voltados para pessoa em situação de rua e os aspectos relativos à saúde, voltado a Política de Saúde por meio do Sistema Único de Saúde e fazer uma breve interligação do serviço oferecido na Política de Assistência e de Saúde. Com isso podemos reconhecer que essas são políticas transversais que esse relacionamento é de suma importância para o desenvolvimento da integralidade e que o intervir nas necessidades básicas dos indivíduos em situação de rua de modo totalitário.

[...] Necessidade de articulação intersetorial: é fundamental a articulação entre os trabalhadores de diferentes áreas que atuam com a PSR, principalmente entre as equipes de saúde e assistência social. Para isso, é necessário criar encontros e espaços de diálogos entre esses profissionais. (BRASIL, 2014).

Portanto, o interesse em discutir essa temática surge a partir de algumas inquietações do cotidiano profissional enquanto assistentes sociais e pesquisadores do Programa de Pós-



SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DIVERSIDADE E DIREITOS HUMANOS

Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (PPGSSocial-UFT). Finalmente, é importante ressaltar que esses resultados são aproximações teóricas. Pois, o estudo apresenta as contradições da Política de Saúde e Assistência Social no contexto capitalista.

METODOLOGIA

Com o objetivo de aprofundar o estudo acerca das pessoas que vivem em situação de rua, buscamos à luz da pesquisa bibliográfica apoiada na compreensão de Fonseca (2002, p. 32) sinaliza que “[...] a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites”. Além disso, buscamos também na abordagem qualitativa, pois é um elemento importante para pensar o processo do usuário em situação de rua como um fenômeno social, de acordo com Zanelli (2002, p. 83), concordamos que o objetivo da pesquisa qualitativa “[...] é buscar entender o que as pessoas apreendem ao perceberem o que acontece em seus mundos”. Nessa direção teórica-metodológica não poderíamos descartar a ideia de utilizar esse elemento importante para a pesquisa no campo do Serviço Social.

Nessa esteira, a metodologia foi viabilizada através de recursos de bases de pesquisas como SciELO, leis e cadernos/cartilhas de orientações disponibilizados pelo site do ministério da saúde e da secretária nacional de desenvolvimento social. Além disso, foi realizada análise de documentos, como fichas de cadastro inicial dos usuários do CENTRO POP do município de Bayeux. Como parte importante na articulação das ideias, selecionamos alguns estudos que já haviam sido publicados com esta temática.

A iniciativa dessa pesquisa se deu pela alta demanda dos usuários do CENTRO POP de Bayeux-PB para os serviços de saúde e pouca relação dos mecanismos de saúde com a política de assistência social no município e as dificuldades enfrentadas pelos usuários em situação de rua para a concretização de suas necessidades referentes à saúde. Dessa forma, despertou no Assistente Social da instituição a intervenção e articulação das dimensões do Serviço Social resultando nessa pesquisa.

Como resultado da pesquisa, abordaremos que apesar dos avanços e o crescimento dos mecanismos legais de direitos da PSR, ainda podemos perceber no cotidiano diversas



SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DIVERSIDADE E DIREITOS HUMANOS

expressões de preconceitos e negação de direitos a PSR que está presente em todas as intervenções do Estado que se diz democrático e de direito. Com isso, percorremos os próximos tópicos sobre a caracterização do local de pesquisa e focaremos no âmbito da saúde dos usuários em situação de rua do município da cidade de Bayeux.

ANÁLISE DA PESQUISA EM REFLEXÃO: caracterização geral do centro pop do município de Bayeux

Nesse momento, buscaremos apresentar operacionalmente como está organizado o Centro pop em Bayeux. Destacamos, que os dados foram utilizados para sistematizar as ideias. Antes de adentrar especificamente nessa temática, analisa-se que com base na legislação (Brasil, 2014, p. 15) historicamente a política de assistência social através do Sistema Único de Assistência (SUAS) tem como marco na garantia da pessoa em situação de rua

[...] Um marco no reconhecimento dessa população foi a instituição da Política Nacional para População em Situação de Rua e do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. Dentre os objetivos da Política, podemos destacar: assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda; garantir a formação e a capacitação permanente de profissionais e gestores para atuação no desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais, transversais e intergovernamentais direcionadas às pessoas em situação de rua; desenvolver ações educativas permanentes que contribuam para a formação de cultura de respeito, ética e solidariedade entre a (PSR) e os demais grupos sociais, de modo a resguardar a observância aos direitos humanos; implantar centros de defesa dos direitos humanos para a População em Situação de Rua; criar meios de articulação entre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o Sistema Único de Saúde (SUS) para qualificar a oferta de serviços; implementar ações de segurança alimentar e nutricional suficientes para proporcionar acesso permanente à alimentação pela (PSR), com qualidade; e disponibilizar programas de qualificação profissional para as pessoas em situação de rua, com o objetivo de propiciar o seu acesso ao mercado de trabalho. (BRASIL, 2014, p. 15).

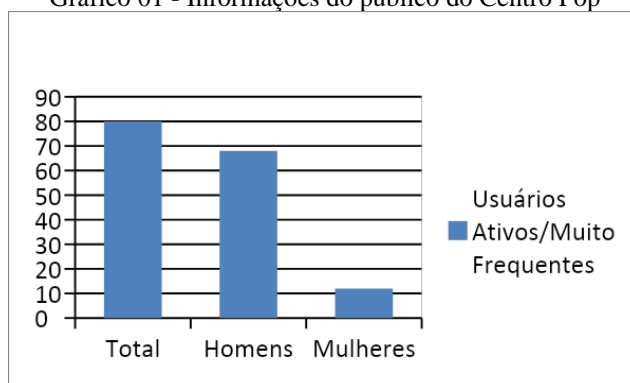
Para delimitar esta pesquisa, buscou-se fazer a partir do campo de atuação dos assistentes sociais. Além disso, o local em que a pesquisa foi realizada é no CENTRO POP da cidade de Bayeux na Paraíba. Conforme dados do IBGE (2010) a cidade de Bayeux-PB tem uma faixa de habitante estimada em 2021 de 97.519 pessoas e uma densidade demográfica em 2010 de 3.118,76 hab./km².

O Centro POP é um serviço governamental do executivo municipal de Bayeux, sem fins

SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DIVERSIDADE E DIREITOS HUMANOS

lucrativos, que funciona em prédio locado pela Secretaria anteriormente mencionada e no momento da pesquisa o Centro POP está localizado na Rua Francisco Pontes, nº 114 no bairro do Sesi. Ressaltamos nos ater nas perspectivas dos usuários, em panorama geral foi possível encontrar um total de 155 usuários, em que desses são 80 usuários ativos em que compõe 100% (cem por cento) da nossa amostra geral, e desses ativos 12 usuárias são do sexo feminino 15% (quinze por cento) e 68 usuários são do sexo masculino 85% (oitenta e cinco por cento).

Gráfico 01 - Informações do público do Centro Pop

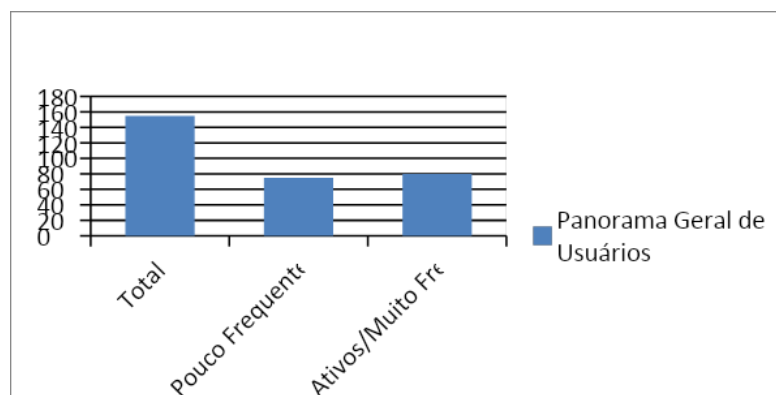


Fonte: Autores (2022)

Além desses usuários cadastrados e ativos, ainda existe um quantitativo 75 usuários entre homens e mulheres que são pouco frequentes (consideramos os usuários que estão a mais de 6 (seis) meses sem requisitar algum dos serviços do CENTRO POP da cidade analisada). É válido também destacar que existem diversas outras fichas cadastrais de usuários arquivados no CENTRO POP do município de Bayeux que estão em inatividade por diversos motivos como por exemplo: não frequência/participação nos serviços oferecidos, migração para outra localidade e morte.

Gráfico 02 - Informações do público do Centro Pop

SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DIVERSIDADE E DIREITOS HUMANOS



Fonte: Autores (2022)

Para análise específica nos limitamos como recorte aos usuários ativos que frequentam o serviço e desses selecionamos de modo aleatório 10% (dez por cento) do total de usuários ativos. Essa reflexão aconteceu através das fichas cadastrais existentes na instituição e informando a finalidade aos usuários que é o vincular ao serviço do CENTRO POP e analisar os achados para a melhoria e reflexão da situação local.

A ficha cadastral é nomeada pela instituição de “CADASTRO DA PESSOA/FAMÍLIA EM SITUAÇÃO DE RUA” que apresenta tópicos sobre os aspectos de dados pessoais, documentos, aspectos familiares, escolaridade, aspectos toxicológicos, aspectos diversos e aspectos de saúde e assinaturas (usuário e técnico) e data. É válido ressaltar que a instituição possui outros instrumentos de atuação/intervenção profissional, mas apenas o de Cadastro da Pessoa/Família em Situação de Rua, que é a ficha inicial de cadastro no usuário que usamos para a avaliação de nossa pesquisa.

CONFIGURAÇÃO DA SAÚDE DOS USUÁRIOS DO CENTRO POP DE BAYEUX

Para a análise e reflexão a partir desse parágrafo, discorreremos nos fatores da saúde em seu conceito ampliado e nos determinantes e condicionantes como preconiza a Lei Orgânica da Saúde – LOS. É significativo ressaltar que de acordo com o CFESS (2010), compreendemos que o SUS é fundamental no campo dos direitos sociais, todavia, não podemos descartar a ideia de que ainda há resistência no seu funcionamento, principalmente, no que diz respeito a privatização do SUS.



SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DIVERSIDADE E DIREITOS HUMANOS

[...] O projeto da saúde articulado ao mercado ou à reatualização do modelo médico assistencial privatista está pautado na Política de Ajuste, que tem como principais tendências: a contenção dos gastos com racionalização da oferta e a descentralização com isenção de responsabilidade do poder central. A tarefa do Estado, nesse projeto, consiste em garantir um mínimo aos que não podem pagar, ficando para o setor privado o atendimento aos que têm acesso ao mercado. Suas principais propostas são: caráter focalizado para atender às populações vulneráveis por meio do pacote básico para a saúde, ampliação da privatização, estímulo ao seguro privado, descentralização dos serviços em nível local e eliminação da vinculação de fonte com relação ao financiamento. (CFESS, 2010, p. 22)

Nessa perspectiva, é indissociável não pensar os desafios e possibilidades que as pessoas em situação de rua enfrentam na realidade social. Pois, precisamos considerar para a exposição dos resultados a conjuntura, correlação de forças, estigmas sociais e as situações objetivas e subjetivas das pessoas em situação de rua do CENTRO POP do município de Bayeux, de modo humanitário e ético.

Podemos perceber que a maioria dos usuários do Centro de Referência Especializado para a (PSR) não possui documentos ou estão em processo de reemissão de segunda via, tem baixa escolaridade do ensino formal em que grande número dos usuários possuem apenas o ensino fundamental incompleto e outros nunca frequentaram a escola, e também não são contemplados pelos benefícios socioassistenciais disponibilizado pela Política de Assistência Social como por exemplo os Benefícios Eventuais e os Programas de Transferência de Renda.

Em se tratando do aspecto da saúde, podemos identificar que mesmo em um centro de referência vinculado a Política de Assistência Social, a demanda dos usuários para os serviços da Política de Saúde é bem requisitada. Através dos encaminhamentos realizados pelos Assistentes Sociais do CENTRO POP do município analisado para a rede de serviços e programas da saúde pública. Por meio desses encaminhamentos os profissionais tentam efetivar as necessidades imediatas dos usuários.

Consideramos necessidades imediatas pois concordamos com o conceito de saúde preconizado pela Organização Mundial da Saúde – OMS em que saúde é definida como um modo de completo bem-estar físico, mental e social, e não se limitando às necessidades urgentes/emergentes de saúde relacionadas às enfermidades e ausência de doenças.

Sobre o aspecto de saúde analisado, é possível identificar que os seus maiores pedidos são para serviços que demandam cuidados em relação à saúde mental, atendimentos



SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DIVERSIDADE E DIREITOS HUMANOS

especializados ambulatoriais e urgência/emergência. Podemos encontrar altos índices de transtornos mentais, doenças relacionadas com o uso abusivo de álcool e drogas, diagnósticos clínicos como gripes, resfriados, pneumonia e Vírus da Imunidade Humana – HIV.

À vista disso, podemos compreender e enfatizar que essas principais doenças e demandas que são vividas pelos usuários cadastrados no CENTRO POP do município de Bayeux, são expressões de seu modo de sobrevivência, ratificando a ausência de moradia, meio ambiente, ausência de renda, educação (entendida aqui como informação), falta de saneamento básico (quanto às precárias condições de vida) e acesso aos bens e serviços essenciais (que são limitados a essa massa) como uns dos principais motivadores e agravantes para essas questões.

SERVIÇO SOCIAL, DEBATES CONTEMPORÂNEOS E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO: notas introdutórias sobre os desafios e possibilidades do(a) assistente social

O objetivo desse tópico não é aprofundar o debate acerca da profissão do Serviço Social, mas trazer elementos para pensar o Serviço Social na atualidade, ademais, não poderíamos deixar de ressaltar que a profissão vem se apresentando em postura de resistência diante das transformações da sociedade capitalista, principalmente, no que diz respeito ao avanço expressivo do neoliberalismo. Nessa perspectiva, oferecemos uma discussão à luz da vivência dos assistentes sociais em suas áreas de atuação, oportunizando reflexões profundas no campo do Serviço Social, aprofundando a práxis do(a) Assistente Social. Assim, analisando o exercício profissional do assistente social é nítido compreendermos como materializa-se a práxis profissional do Serviço Social. Inclusive, destacamos que é através desse momento que há possibilidade de o assistente social analisar a realidade social a partir da atuação profissional, e desconstruir concepções que fogem do projeto ético-político, tais como aproximação conservadora. Pensar o trabalho do(a) assistente social, Lessa (2007) discorre acerca da análise entre o trabalho e as outras formas de trabalho social

[...] a distinção entre o trabalho e as outras práxis sociais não está nem na sua forma, nem na sua 'materialidade', nem na qualidade ontológica do seu objeto, e muito menos na sua relação com a produção da mais-valia. O que torna o trabalho a categoria fundante - e todas as outras práxis sociais fundadas - é sua função social. É a função social do trabalho que o distingue de todas as outras formas de atividade humana, independentemente de semelhanças eventuais [...]. Para Marx, o trabalho possui uma função social muito precisa: faz a mediação entre o homem e a natureza, de tal modo



SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DIVERSIDADE E DIREITOS HUMANOS

a produzir a base material indispensável para a reprodução das sociedades. O trabalho é a práxis social que produz os meios de produção e de subsistência sem os quais a sociedade não poderia sequer existir. Esta é a função social do trabalho e isto é o que o distingue das outras práxis sociais (LESSA, 2007, p. 45).

Finalmente, não poderíamos deixar de problematizar que cotidianamente os assistentes sociais combatem as expressões da Questão Social. Afinal o Serviço Social contribui historicamente na transformação social, de acordo com Iamamoto (2012, p. 203), “[...] a profissão é aqui compreendida como um produto histórico e, como tal, adquire sentido e inteligibilidade na história da sociedade da qual é parte e expressão”. Em decorrência desse processo de transformação, podemos analisar que na medida em que a profissão avança no sentido teórico-metodológico os profissionais ganham visibilidade.

Para Iamamoto (2012, p. 135)

[...] A implantação do serviço social se dá no decorrer do processo histórico, não se baseará, no entanto, em medidas coercitivas emanadas do Estado. Surge da iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam, principalmente, por intermédio da Igreja Católica, como autora afirmar foi a partir daí que se iniciou uma base social bem delimitada e fontes de recrutamento e formação de agentes sócias formados por uma ideologia igualmente determinada, são estas especificidades que reveste o serviço social desde a sua implantação no âmbito das características que marcaram esta profissão

A partir da reflexão da autora compreendemos que historicamente a profissão vem se consolidando no campo das contradições do modo de produção e (re)produção capitalista. Pois, é impossível não pensar a profissão no campo das contradições sociais, em especial, quando analisa-se que a profissão surge a partir dos interesses da burguesia. Contudo, em meados da década de 1970, a profissão se coloca em defesa da classe trabalhadora, articulando-se no movimento de luta e resistência em defesa dos direitos sociais. Ora, portanto, se apresentando em defesa da classe trabalhadora, com o objetivo de erradicar as expressões da questão social, porém não podemos perder de vista que é um longo processo de luta e resistência. Este tópico traz notas introdutórias acerca da experiência dos assistentes sociais no campo de atuação.

O Serviço Social é uma profissão inscrita na sociedade brasileira e tem o Código de Ética do(a) Assistente Social, LEI 8662/93 de regulamentação da Profissão. Tem como seu objeto de trabalho a Questão Social, que de acordo com a Iamamoto (2014, p. 162), “é específica da ordem burguesa e das relações sociais que a sustentam, é apreendida como



SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DIVERSIDADE E DIREITOS HUMANOS

expressão ampliada da exploração do trabalho e das desigualdades e lutas sociais dela decorrentes”. Por isso, percebe-se que a profissão participa ao longo das transformações econômicas, políticas e sociais. Ora, a profissão vem invertido na democratização de direitos sociais.

Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições privadas e públicas (inclusive o Estado, a quem cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais. (NETTO, 2006, p. 144)

Nesse contexto, pensar a atuação do(a) nos remete analisar como se organiza a atuação desse profissional no seu exercício profissional. Afinal, é através do projeto ético-político que o profissional de Serviço Social articula seus projetos e intervenções de forma crítica e criativa, ofertando um atendimento aproximando teoricamente na tradição marxista. Dessa maneira, não poderíamos deixar de problematizar que na atual conjuntura os profissionais enfrentam inúmeros desafios para reafirmar as diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que as expressões da saúde não se limitam apenas nos serviços específicos de saúde ou na Política de Saúde, mas ela deve ser uma política transversal que está enviesada em diversos segmentos da sociedade. A pesquisa feita no CENTRO POP do município de Bayeux no estado da Paraíba não tem a intenção de abordar todo o tema da relação da saúde e pessoas em situação de rua, mas o de historicizar e contribuir para a continuidade do debate.

Também é possível perceber as dificuldades encontradas no acesso das pessoas em Situação de Rua – PSR aos serviços de saúde, um dos desafios postos para essas pessoas são atos de exclusão e preconceitos que interferem diretamente no atendimento, sendo possível de solução a educação permanente e continuada além das ampliações dos serviços oferecidos pela saúde para o atendimento específico a PSR. É preciso também a Intersetorialidade não só entre os mecanismos de saúde, mas também entre as políticas públicas e sociais existentes.



SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DIVERSIDADE E DIREITOS HUMANOS

Ademais, é de suma relevância a presença do controle social através dos movimentos sociais em lutar a favor dos direitos da PSR com a finalidade de dar visibilidade a essa comunidade e participar das deliberações presentes nos conselhos de direitos sejam na Política de Saúde ou na de Assistência Social.

Enfatizamos também que de acordo com a resolução de número 40 de outubro de 2020 em seu artigo 10 a rede interinstitucional deve estabelecer processos de trabalho voltados para a articulação das suas ações, como estudos de caso e fluxos de troca de informações e encaminhamentos, para a garantia da proteção integral, assim fortalecendo a ideia de atuação em rede/conjunto com a intenção de atender as demandas em caráter de totalidade. E no artigo 22 podemos perceber que é de responsabilidade do Estado garantir e promover o direito à cidade, à terra, à moradia e ao território, devendo formular e executar políticas públicas adequadas para essa finalidade, além de estabelecer mecanismos para a reparação desses direitos quando violados e para prevenir novas violações.

Portanto, destacamos que toda pessoa que está em situação de rua tem direito à vida com saúde, trabalho, educação, segurança, moradia, assistência social e lazer. Em 1948, esses direitos foram reconhecidos por vários países, na Declaração Universal de Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS

BAYEUX. **Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua**. Secretaria de Trabalho e Ação Social. Regimento Interno do CENTRO POP. 2022.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Saúde da população em situação de rua** :um direito humano/Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 38p.: il.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Orgânica da Saúde, n. 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm . Acesso em: 19 abr. 2022.

BRASIL. Presidência da República. RESOLUÇÃO N° 40, de 13 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-40-de-13-de-outubro-de-2020-286409284>. Acesso em: 7 jun. 2022.

BRASIL. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Orientações**



SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DIVERSIDADE E DIREITOS HUMANOS

Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop, 2011. V.3. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_centro_pop.pdf. Acesso em: 22 de abril de 2022.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde. 2010. Disponível em http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf. Acesso em 1 de novembro de 2022.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Rio de Janeiro: UNIC, 2009 [1948]. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1948%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20dos%20Direitos%20Humanos.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2022.

DELGADO, Diana. (Des)financiamento e (des)proteção social: o abate da ‘prima pobre’ da Seguridade Social. **O Social em Questão**. São Paulo, n. 52, jan-abri, 2022.

ENCONTRO INTERNACIONAL DIREITO A SAÚDE, COBERTURA UNIVERSAL E INTEGRALIDADE POSSÍVEL. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/export/sites/default/acompanhe/eventos/hotsites/2016/encontro_internacional_saude/documentos/textos_referencia/00_palavra_dos_organizadores.pdf> acesso em: 06.jun. 2022.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LESSA, S. **Mundo dos homens**: trabalho e ser social. São Paulo: Boitempo, 2002.

LUSTOZA, Roseane Zétola. O discurso capitalista de Marx a Lacan: algumas consequências para o laço social, **Revista Ágora**, Rio de Janeiro, v. XII, n. I jan/jun, 2009.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético político do Serviço Social. In: MOTA, A. E. et al. **Serviço Social e saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

ZANELLI, J. C. Pesquisa qualitativa em estudos da gestão de pessoas. **Estudos da Psicologia**, n. 7, p. 79-88, 2002.